

OS AKINS DO SUL: DA PARTICIPAÇÃO DOS NEGROS NA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL À HOMENAGEM AO MESTRE SALAS DOS MARES

THE SOUTH AKINS: FROM THE PARTICIPATION OF THE BLACK COMMUNITY IN THE POLITICS IN RIO GRANDE DO SUL TO THE TRIBUTE TO THE SEAS MASTER.

Arilson dos Santos Gomes*

Resumo: Este artigo pretende contribuir para o reconhecimento da história política dos negros no Estado do Rio Grande do Sul. No intuito de desenvolver-se a narrativa histórica, problematizando-a através da análise de discurso, utilizar-se-á além do referencial bibliográfico e das fontes escritas de si, entrevistas orais e anais da Assembleia Legislativa do Estado. Destacaremos como protagonistas neste trabalho o político negro Carlos Santos e o marinheiro líder da revolta da chibata, João Cândido. Temos por intenção fazer deste artigo uma produção que colabore para o conhecimento da agência histórica política da identidade negra no pós-abolição.

Palavras-chave: Política Sul-Rio-Grandense; Protagonismo Negro; Afro-Brasileiro.

Abstract: This article aims to contribute to the recognition of the political history of the blacks in the state of Rio Grande do Sul. In order to develop a historical narrative, questioning it through discourse analysis, in addition to bibliographic references and written sources, oral interviews and proceedings of the Legislative Assembly of the State will be used. Protagonists in this study, the political black sailor Carlos Santos and leader of the “Revolt of the Whip”, Joao Cândido, are highlighted. We intend to make this article a collaboration to the knowledge of the historical agency of black identity politics in post-abolition.

Keywords: Politics South Rio Grande; Prominence Negro; Afro-Brazilian.

Este artigo pretende contribuir para o reconhecimento da história política dos negros no Estado do Rio Grande do Sul, em específico sobre a importância de Carlos Santos, primeiro governador negro em exercício neste Estado e na luta pela preservação da memória e da história de João Cândido, o almirante negro. O episódio que motivou o encontro destes dois homens foi uma atividade realizada no ano de 1959, proposta por Carlos Santos enquanto deputado estadual, alusiva ao acontecimento denomina-

* Doutorando pelo PPGH-PUCRS, Primeiro Secretário da ANPUH-RS, Professor e Assessor do Espaço da Diversidade, ambas da SMED - Alvorada-RS e Coordenador do GT Negros-ANPUH-RS. Endereço de email: arilsonsg@yahoo.com.br

do de Revolta da Chibata, que teve em João Cândido um de seus maiores representantes, e que no ano de 1960 teria completado os cinquenta anos deste evento, que estremeceu a Baía de Guanabara e os meios políticos e militares da incipiente república brasileira.

Akin, no singular, significa guerreiro valente na língua Iorubá. Portanto, *Akins*, no plural, denominam-se aqui os negros que foram agentes da sua história em um Estado majoritariamente branco, aonde a influência da história tradicional, baseada na colonização europeia e nas epopeias militares dos farrapos, por muitos anos os legou a condição de coadjuvantes. Neste sentido, consideram-se *akins* todos aqueles que resistiram e fizeram história.

No intuito de desenvolver-se a narrativa histórica, problematizando-a através da análise de discurso, utilizar-se-á além do referencial bibliográfico e das fontes escritas de si¹¹, entrevistas orais e os anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em que analisaremos o discurso que o político Carlos Santos proferiu em homenagem ao homem que liderou a principal ação que se teve conhecimento na historiografia contra a opressão sofrida pelos marujos dentro dos quadros da marinha de guerra brasileira.

Temos por intenção fazer deste trabalho uma produção que colabore para o conhecimento da história política da identidade negra no pós-abolição sul-rio-grandense e, após, a década de trinta; que por meio de seus intelectuais produziu com relevância registros de suas iniciativas. Em que pese o silêncio histórico ocasionado pelas contingências, que durante muito tempo primou pela narrativa de grupos hegemônicos em detrimento de outros, colocados à margem. Segundo Domingues (2009, p.01) “Várias pesquisas vêm-se ocupando do protagonismo negro depois da abolição da escravatura, a partir de biografias, vida associativa, conexões políticas, agenciamentos sociais e trânsitos culturais”. Entretanto, desde a pesquisa de Fernando Henrique Cardoso (1962) sobre a escravidão no Brasil meridional até a defesa da tese de José Antônio dos Santos (2011), que versou a respeito da imprensa negra e dos seus intelectuais, tem-se um período de quase meio século de estudos afros no Rio Grande do Sul. Quantitativamente o número de pesquisas ainda é exíguo no que diz respeito aos trabalhos que enfatizaram os protagonismos negros neste Estado. No entanto, qualitativamente as coisas mudaram, já que passou-se a pesquisar a história dos negros sul-rio-grandenses a partir de outros vieses. Reforça-se neste artigo o viés político desta história com vistas a compreender melhor a participação destes homens e de suas trajetórias.

Entende-se que a identidade negra vem sendo construída política-

¹ A escrita de si engloba autobiografias, diários, cartões postais e documentos de caráter íntimo. É um espaço que dá crescente destaque à guarda de registros privados e públicos que passam a ser um “teatro da memória”. Em todos os exemplos os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionando com suas próprias vidas (GOMES, 2004, p.11).

mente ao longo das décadas republicanas pela intensa produção simbólica referenciada nas demandas inclusivas proporcionadas pelas negociações deste grupo com a sociedade abrangente. As associações negras em conjunto com a imprensa negra assinalam nesse sentido, já que propunham ações que elevaram a condição cultural, política e social deste grupo. Da auto-estima ao reconhecimento da instrução como forma de qualificar-se na disputa por emprego, estas iniciativas positivaram a negritude, que durante a escravidão bem como no pós-abolição, com o advento do preconceito racial, ainda era estigmatizada.²²

Conforme Michel de Certeau (2006, p. 66) “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar social de produção sócio-econômica, político e cultural, podendo ser elaborado por uma profissional liberal ou um letrado, sendo que neste local se delinham interesses”. Carlos Santos era um político experiente em 1959, e por meio de sua função pública iniciada na década de 1930, habitualmente colocava sua identidade como referência em suas iniciativas. Escrevia e produzia nos lugares sociais que frequentava, independentemente da atividade que exercia como magistrado, articulista da imprensa negra, presidente de associações, deputado estadual e federal; discursos e pensamentos que possibilitavam a comunidade negra a crer em sua ascensão social por intermédio da educação. Além disso, também motivava como político a importância da comunidade negra nos acontecimentos da história, conforme demonstraremos neste trabalho.

1. Participação política de intelectuais negros no início do período republicano Sul-Rio-Grandense

A história da participação de negros na cultura política sul-rio-grandense remonta o início da república no Estado, com a formação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) sob a liderança de Júlio Prates de Castilhos. Este partido conservou o poder por um longo período, alicerçado ideologicamente na filosofia positivista. O caráter peculiar da doutrina enlaçada aos ideais de Júlio de Castilhos formou o que muitos pesquisadores denominam de ideologia Castilhista.

Conforme Rodriguez (2005, p.31) o Castilhismo identifica uma ideologia que deu singularidade ao Brasil republicano. Porque foi o ensejo

²² Beatriz Ana Loner (1999) e José Antônio dos Santos (2001) identificaram como característica principal das associações negras da região sul do Estado do Rio Grande do Sul, iniciativas de qualificação da classe operária e de melhoria da auto-estima como sendo os principais objetivos dessas organizações. Como exemplo citamos o jornal *A Alvorada*, periódico com linhas operárias e negras, pesquisado por José Antônio, que seguidamente redigia em suas páginas frases de efeito: “negro não te envergonhes da tua cor!” ou “O racismo somente nós negros podemos sentir!”. Essas frases são localizadas em diversos jornais da imprensa negra entre os finais do século XIX e início do XX.

dessa doutrina que consolidou as instituições do Estado Nacional, no longo período getuliano. Ao mesmo tempo, ainda segundo o autor, foram também sendo desenvolvidos mecanismos autoritários e centralizadores de governo. Salvo os indícios conservadores, a máquina burocrática estava se modernizando já que o regime estava transformando-se das antigas estruturas imperiais para o federalismo republicano.

O Partido Republicano Rio-Grandense teve importante destaque no movimento abolicionista, segundo Bakos (2005, p.217). Este posicionamento em grande parte era adotado pela doutrina da Igreja Positivista, que postulava a liberdade humana, condenando sistematicamente a posse de escravos. Embora o PRR tivesse seus ideais embasados pelo postulado positivista que desejava a abolição plena da escravidão, na prática, as incoerências pautavam o discurso de algumas lideranças políticas. Conforme identificado na carta enviada por Castilhos a uma pessoa chamada “Chiquinho”, de sua confiança, na qual ele relata a negociação de compra e venda de um escravo de sua propriedade (BAKOS, 2005, p.223).

Contudo, o reconhecimento pela competência intelectual de seus correligionários deve ser elencado como um atributo dos líderes do PRR que identificaram em um homem competência e inteligência, respaldado nas funções administrativas que ele passaria a executar no governo e no partido. Este homem foi o intelectual negro Aurélio Viríssimo de Bittencourt.³³

Aurélio (1849-1919) foi funcionário público e secretário do governo de Júlio Prates de Castilhos e de Antonio Augusto Borges de Medeiros, tendo afeição pessoal principalmente de Castilhos, conforme identificou Moreira (2009, p.15). Trabalhou como tipógrafo, jornalista e fundou com outros jovens a Sociedade Partenon Literário, militando pelo abolicionismo. Filho de militar com uma ex-escrava, Aurélio ascendeu socialmente em virtude de suas qualidades intelectuais, sendo um dos escritores mais ativos do Partenon Literário junto com Aquiles e Apeles, possuindo grande relevância junto às elites locais. Funcionário público de carreira desde o tempo do império, após a proclamação da república e a entrada no poder de Júlio de Castilhos, acaba sendo convidado para exercer importante cargo na burocracia e na política local.

Nas palavras de Moreira:

No período republicano, a correspondência trocada entre Aurélio e Júlio de Castilhos revela que no dia a dia da vida palaciana Aurélio foi fundamental na administração central, uma vez que

³³ Intelectual negro aqui é entendido a luz do conceito de José Antônio dos Santos que identifica estes homens como os responsáveis pela circulação das informações através de suas escritas produzidas em periódicos, denominados de imprensa negra, já que era um material produzido por intelectuais negros no final do século XIX, exclusivo para o fortalecimento de sua comunidade.

permanecia a maior parte do tempo na secretaria da presidência, enquanto Castilhos mantinha-se mais afastado em sua chácara. A proeminência do burocrata também estava assentada na liderança que possuía sobre os pequenos empregados das secretarias, a sua aproximação com a vida religiosa na capital e a sua aproximação com a vida religiosa na capital e sua ascendência entre os populares (MOREIRA, 2009, p.21).

A influência exercida por este *akin* no seio do poder rio-grandense era sentida em muitos âmbitos, inclusive no privado. Como demonstrado nas escritas de si abaixo, o relacionamento de Júlio de Castilhos com o intelectual negro era além de técnico, íntimo, conforme missiva redigida em 23 de janeiro de 1899:

Dr. Júlio. – Boa tarde. Não tive hoje o prazer de receber notícias e ordens vossas. Pela manhã não vos escrevi porque nada havia de interessante a registrar. É imperioso dever agradecer ainda uma vez a fidalga gentileza do acolhimento que recebi hontem (sic) de vosso e de sua digníssima família. Guardo grata reminiscência de um dia aprazível, cujas horas decorrem rápidas, sempre entre as finas expansões de amigos, que muito voz prezam e admiram. Obrigado, pois, a todos (AHRs, 2009, Anais Vol. 19, p.142).

Transpondo o foco político personalista - identificado nas relações pessoais entre Aurélio Vírissimo de Bittencourt e Júlio de Castilhos – para a proposição do reflexo referente às organizações negras gaúchas, um acontecimento relacionado à diplomação do político carioca Monteiro Lopes, no período pós-república, agitou os negros porto-alegrenses. Monteiro Lopes, eleito deputado, em 1909, para a Assembleia do Rio de Janeiro, foi impedido de receber seu diploma em função da cor de sua da pele. A notícia circulou pelo país, os negros organizados deram início a uma intensa campanha nacional para efetivar sua diplomação. Alcançado o objetivo, Monteiro Lopes visitou Porto Alegre no ano seguinte, sendo recebido com festa, especialmente na Sociedade Floresta Aurora (MÜLLER, 1999, p.130).⁴⁴ Esse acontecimento demonstrou que além da participação política individual dos intelectuais negros, as organizações coletivas demarcavam espaços nas reivindicações político-sociais. Como exemplo mais representativo desta situação foram as frentes negras surgidas na década de 1930, localizadas em diversas regiões brasileiras e amplamente pesquisadas na recente historio-

⁴⁴ A Sociedade Floresta Aurora foi fundada em 1872, além de ser beneficente social, cultural e recreativa ela era também uma sociedade política, tendo como exemplo as suas atitudes por ocasião da diplomação de Monteiro Lopes e com a realização de seminários da Aliança dos Operários. Para saber mais das atividades políticas da Sociedade Beneficente Floresta Aurora, neste período, ler Liane Muller em sua dissertação de Mestrado intitulada: As Contas do meu Rosário são balas de artilharia, Jornal e Sociedade negras em Porto Alegre 1889-1920.

grafia brasileira.

Aurélio Vírissimo Bitencourt faleceu em 1919, deixando considerável patrimônio material (imóveis e heranças) e um espólio de serviços prestados com qualidade e eficiência à política republicana. Seus descendentes fizeram época na sociedade local reproduzindo como legado, guardadas as devidas proporções, a relevância intelectual negra em outros meios, iniciadas em Aurélio. Seus filhos Aurélio de Bittencourt Júnior, diplomado em direito, e Sérgio Bittencourt, jornalista, foram os fundadores do Jornal negro *O Exemplo* em 1892 em Porto Alegre.

Outra figura importante desse núcleo familiar foi Dario de Bittencourt, filho de Aurélio de Bittencourt Jr. Portanto, neto do velho Aurélio Bittencourt. Em 1920, Dario passou a fazer parte da organização do periódico *O Exemplo* combatendo o preconceito racial até 1930 quando o jornal fecha suas portas (SANTOS, 2009, p.65).

2. Carlos da Silva Santos: o *akin* político

A família dos Santos é originária de Pelotas-RS e se fixou em Rio Grande após a Abolição da escravatura no ano de 1888. Manoel Ramão Conceição dos Santos, pai de Carlos Santos, era carpinteiro e Saturnina Bibiana da Silva Santos, mãe, era professora de música e organista da Igreja Matriz de São Pedro (CLEMENTE, 1994, p.12). Viviam com certas condições materiais, diferentemente da maioria da população negra que após o dia 13 de maio de 1888 permaneceu sem a assistência do Estado. Seu pai, Manoel, atuou na luta abolicionista e participou da fundação do jornal *Vóz do Escravo*, jornal editado por ex-escravos na cidade de Pelotas em 1881.

Em 1904, nasce Carlos Santos. Na sua infância o garoto passou por quatro escolas, sendo que sua maior professora era a sua irmã Maria José, mais conhecida por Bené, que mantinha em sua casa uma escola primária aonde fora alfabetizado de fato. Em 1915, aos onze anos de idade começa a trabalhar como aprendiz na Oficina Dias, estaleiro naval. Após anos de serviço, ascende na firma e de 1931 até 1934 atua como caldeireiro.

Entre trabalho e música, surge o orador. “Trabalho e oratória seriam binômio operante de sua vida. O estudo ficara para as horas de descanso, em que tomava o livro, lia poemas e os declamava (...) a sua vida o levava ao trabalho e à sua função social em defesa da classe trabalhadora (...)” (CLEMENTE, 1994, p.13). Santos se tornou líder sindical e após as “agitações dos anos 30” sendo convidado por Lindolfo Collor, titular do recém criado Ministério do Trabalho, a exercer a função de fiscal auxiliar, cargo que recusou devido à vontade de continuar atuando como sindicalista entre seus companheiros.

Além de defender a sua classe também passou a defender sua iden-

tidade. Participava ativamente da vida social na cidade de Rio Grande, inclusive participando de clubes e associações negras. No intuito de colaborar com sua comunidade, Carlos Santos fundou no dia 11 de junho de 1936 o Centro Cultural Marcílio Dias. A instalação oficial do centro ocorreu no Teatro 7 de setembro, na cidade de Rio Grande. Conforme Neiva Santos da Silva, filha de Carlos Santos:

Lá em Rio Grande o clube de coração dele era o 'Braço é Braço', clube carnavalesco. Quando moço, ele saía no clube no carnaval, já o clube Marcílio Dias era a menina dos olhos dele lá, ele falava sobre a raça e sobre a cultura, funcionava lá um grupo escolar (...).⁵⁵

Segundo informações obtidas no livro *Parlamentares Gaúchos – Trajetória Biográfica* de Carlos Santos (2004), produzido por ocasião do centenário de seu nascimento, Carlos Santos foi orador oficial do Clube Carnavalesco *Braço é Braço* durante dez anos. Seu desígnio, contudo, primava, conforme suas próprias palavras, a ascensão de sua comunidade: “não era o carnaval o motivo da minha atividade ali; um ideal superior e uma aspiração mais nobre eu deixava transparecer através das minhas palavras: o soerguimento moral e cultural da minha raça” (SANTOS *apud*, TORRES, 2004, p.48).

Era interlocutor para a sociedade em que vivia, em especial, às organizações negras, de seu conhecimento - procedente do imo de sua família. Preconizava, em seu discurso, as alternativas de que o negro poderia prover à consecução de seus ideais. Em família ele motivava constantemente os seus, conforme explica Neiva: “Ele sempre aconselhava a estudar e a lutar, sempre aconselhava que o negro devia pelo estudo, ele sempre incentivava a lutar e se igualar, tinham condições, não estudou por que não quis, porque condições a pessoa vai a luta e consegue...”⁵⁶

A instrução, o estudo e a força de vontade foram motivações que delinearão a vida familiar e social de Carlos Santos. Com muitas dificuldades para estudar e se instruir, não desistiu da luta e no ano de 1950, aos 46 anos de idade, formou-se em Direito pela Faculdade de Pelotas da Universidade do RS.⁷⁷

Carlos Santos, como articulista, era referência na década de 1950 na imprensa negra pelotense, principalmente para os organizadores do Jornal *A Alvorada*, que motivavam os seus leitores, a comunidade negra, a estudar

⁵ Entrevista realizada no dia 26 de outubro de 2007.

⁶ Idem.

⁷ Carlos Santos foi o orador do discurso de colação de grau de sua turma realizado no Teatro 7 de Abril da cidade de Pelotas, no dia 22 de dezembro daquele ano. Para ver discurso na íntegra ler: Elvo Clemente e Eni Barbosa. Carlos Santos uma biografia, 1994, p.23-35.

e a melhorar as suas condições econômicas e sociais.⁸⁸

4. Carlos Santos e seus discursos no parlamento sobre a história negra e suas aproximações com o movimento negro

Nos anos oitenta como deputado federal, o político merece destaque por ocasião de dois discursos proferidos na Câmara dos Deputados, que retrataram a memória de duas efemérides importantes na preservação da história da comunidade negra nacional.

Cabe enfatizar que além de sua participação política vinculada ao propósito de valorização da temática negra, Carlos Santos tinha em seus discursos solicitude com aspectos sociais e econômicos relacionados à questão do idoso e do menor carente. Reivindicava, também, ações em prol do desenvolvimento da pesca na região sul do Rio Grande do Sul.

O discurso articulado por ele em memória ao nonagésimo quarto aniversário da abolição da escravidão no Brasil e ao centenário de falecimento do abolicionista Luiz Gama, no dia 13 de maio de 1982, destacam a importância do sujeito Carlos Santos na produção de sentidos discursivos a favor da história negra. Conforme relatou na tribuna federal:

Entendemos, porém, que é dever de cada um de nós abandonar o conservantismo das atitudes em relação ao fato histórico, que continua sendo transmitido em larga dose de falsidade. *E preciso lutar para que todos os brasileiros tenham orgulho da participação do negro africano em nossa formação política e econômica*, porque é o contrário que interessa aos que pretendem a manutenção do *status quo*, em que a liberdade e a justiça social não passam de palavras ao vento, simples miragem. *Por isso estamos hoje aqui, falando do 13 de Maio, mas evocando a história da República dos Palmares*, cuja ideia transparece como uma tentativa épica de construir um Brasil independente, livre, justo e igualitário. *A história de Zumbi, o bravo herói palmarino*, constitui um capítulo da história dos vencidos em nosso País, ou seja, uma história de derrotas. A ciência histórica, porém, é sobretudo clara, quando nos ensina e pontifica, sem nenhuma dúvida, que os vencidos de ontem podem ser os grandes vencedores de amanhã! (Grifo nosso) (SANTOS, 1982, p.09).

Para Orlandi (2001, p.10) o momento em que o sujeito diz o que diz, ele se assume como autor. Seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas, sua determinação. O sujeito é determinado pela exterioridade, pela formulação discursiva, passível de contradições. Ainda segundo esta autora, tratar a questão da ideologia é criar condições teóricas, metodológi-

⁸⁸ Para saber mais sobre o Alvorada ler SANTOS, José Antônio dos. *Raiou "A Alvorada": Intelectuais negros e imprensa, Pelotas -1907-1957*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2000. p.93

cas para observá-la é observar o funcionamento do discurso (ORLANDI, 2001, p.13).

Nos trechos do discurso citado acima Santos diz: “E preciso *lutar* para que todos os brasileiros tenham *orgulho* da *participação* do negro africano em nossa *formação política e econômica...*” mais adiante o mesmo relata: “estamos hoje aqui, falando do dia 13 de Maio, mas evocando a história da *República dos Palmares*” (...).

Identificamos a ideologia do movimento negro nas palavras de Carlos Santos. Pois, termos como: *luta, orgulho, participação econômica e política*, e ovacionar a memória de *Palmares* são temas recorrentes, que significam muito nos discursos reivindicativos dos movimentos sociais negros do período e na atualidade. A própria frase que Santos cita “o 13 de maio, mas evocando Palmares”, identifica paulatinamente a ideologia do movimento negro deslocando a data referência da abolição da escravatura, comemorada no dia treze de maio, para a data que se tornaria símbolo das lutas negras, o vinte de novembro. Como destacamos na origem do Grupo Palmares de Porto Alegre:

O Grupo Palmares de Porto Alegre, entre 1971 e 1978 foi responsável pela proposição do dia 20 de novembro, como alternativa as comemorações do 13 de maio. Palmares também foi um dos precursores do chamado movimento negro moderno, que se caracterizou pela construção de uma nova identidade negra, referenciada em aspectos locais e globais. Ao afirmar-se e organizar-se como grupo étnico, adotam uma postura e um discurso subversivo que coloca em cheque conceitos estruturantes da sociedade brasileira como democracia racial, identidade e cultura nacional (CAMPOS, 2006, p.03).

Santos representa a historicidade discursiva-política-parlamentar desta ressignificação de datas. Quatro meses depois por ocasião do centenário da morte do abolicionista Luiz Gama, mais precisamente em 28 de setembro de 1982, Carlos fez o seguinte discurso:

Não quero e nem devo deixar esta tribuna sem antes - o que faço de alma escancarada - me solidarizar com as homenagens que o eminente Deputado Freitas Nobre presta, hoje, à memória gloriosa deste negro excelso que foi Luiz Gama, ao ensejo do transcurso do seu centenário. Precursor do Abolicionismo, seu ideal deve servir, de bandeira aos patriotas sinceros que aí estão empenhados em completar a obra do 13 de maio lutando para que o negro, tanto quanto a liberdade civil, alcance também a plenitude da liberdade econômica, social e cultural, como a sonhou a geração predestinada de oitenta e oito. Solidarizo-me com S.Exa. por essa extraordinária, magnífica e oportuna homenagem, lamentan-

do, com o nobre colega, que uma alma, um vulto, um nome, uma expressão como Luiz Gama passe despercebido ao ensejo do seu centenário, justamente quando no *Brasil há um movimento de extraordinária mobilização de opiniões, de espíritos, de vontades, a fim de que, unidos com fervor patriótico, com ideal de brasilidade pura, de brasilidade positiva, possamos, de fato, combater o racismo, que é um-cancro - repito - contra a unidade espiritual, a própria alma da Pátria.* (Grifo Nosso) (Cinquenta anos de vida pública, 1982, p.17).

Acima identificamos um discurso de denúncia de Carlos Santos contextualizada com as demandas oriundas de formações discursivas iniciadas com os movimentos negros citados anteriormente, em que o combate ao racismo se torna o fio condutor das construções ideológicas pelas reivindicações jurídicas e na luta pelos direitos sociais. No sentido do discurso, Carlos Santos em nosso entendimento foi o político negro brasileiro, nos lugares sociais como câmaras e assembleias, mais identificado com a ideologia da negritude. E antes do parlamento, sua trajetória de vida é um indicio que corrobora com tal assertiva.

5.O Mestre Sala dos Mares

Há muito tempo nas águas da Guanabara
O dragão do mar reapareceu
Na figura de um bravo feiticeiro
A quem a história não esqueceu
Conhecido como o navegante negro
Tinha a dignidade de um mestre-sala...
(João Bosco e Aldir Blanc)

João Cândido nasceu em Encruzilhada do Sul, interior do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 24 de junho de 1880. Filho de família humilde vislumbrou nas forças armadas a possibilidade de ascensão social. Esta situação era uma constante nas famílias pobres do período. A carreira militar nos quadros da marinha se caracterizava, em virtude de um mercado interno fraco e de uma produção agrária voltada à exportação, uma das poucas oportunidades de trabalho para as populações pobres.

Mas o tratamento dispensado aos marujos era semi-servil, comida ruim e condições de trabalho degradantes. O uso da chibata era norma em caso de punições, sendo comum nas embarcações um espaço destinado ao martírio. Segundo Mario Maestri (2000, p.27) 90 % dos marinheiros seriam negros, mulatos e caboclos e apenas 10% brancos.

No campo político, devido à disputa eleitoral entre *civilistas x militaristas* – representados, respectivamente, por Rui Barbosa e Hermes da Fonseca - os marujos percebem um momento favorável aos seus ansios, já

que Rui Barbosa defendia as reclamações dos setores subalternos das forças armadas, bem como das camadas menos favorecidas. Para complicar a situação dos mal afortunados marinheiros, o vencedor do pleito foi o militar Hermes da Fonseca. Cabe ressaltar que o chicote e os castigos físicos tinham sido abolidos por decreto um dia após a Proclamação da República, no dia 16 de novembro de 1889. Portanto, aquele tratamento era um anacronismo e um problema a ser resolvido.

Com a modernização tecnológica da frota, um grande número de marinheiros brasileiros partiu em 1906 para a Grã-Bretanha, a fim de conhecer e aprender o manuseio dos poderosos navios de guerra que estavam sendo construídos. Eram os encouraçados Minas Gerais e o São Paulo. Ao retornarem ao país, os marujos voltam conscientes das novas relações de trabalho, visto que agora se tornaram trabalhadores especializados exercendo a função de mecânicos, artilheiros e/ou eletricitistas. Aprenderam, também os aspectos da cidadania. “Os marujos voltavam ao Brasil como modernos “operários” de uma avançada esquadra...” (MAESTRI, 2000. p.41).

Para Maestri (2000) outro acontecimento que os encorajou a reivindicarem melhores condições, após o retorno, foi o motim ocorrido no navio russo Potemkin, em pleno mar negro, em 1905. Na ocasião os marinheiros russos recusavam-se a comer carne estragada. Sublevaram a embarcação, reagindo às condições adversas.

As condições de trabalho dos marinheiros brasileiros eram degradantes e o castigo físico uma realidade. Constituíam-se em um paradoxo para a moderna marinha brasileira: seus marujos punidos aos moldes escravistas. Era um barril de pólvora preste a explodir. Dia 16 de novembro o marinheiro Marcelino Rodrigues foi punido com 250 chicoteadas diante de seus companheiros no navio Minas Gerais. Foi o estopim! Estourou a reação. No dia 22 de novembro, os marinheiros, sob a liderança de João Cândido e Francisco Dias Martins, dominaram os modernos navios da frota nacional, mirando seus pesados canhões à baía de Guanabara. O presidente da república, recém empossado, Hermes da Fonseca, bem como a elite da época, estavam incrédulos. Era o início da revolta da chibata.

Para Nascimento (2007) os marinheiros queriam mais do que apenas ser cidadãos ou o final dos castigos físicos somente, reivindicavam melhorias profissionais, oportunidades de avançarem nos quadros hierárquicos da instituição.

Devido ao racismo na Marinha, negros não poderiam ser oficiais. Mesmo que distantes do oficialato, os marinheiros de 1910 desejaram construir uma nova realidade capaz de alavancar suas carreiras. Numa cidade onde a disputa por empregos no mercado de trabalho criou e recriou conflitos por nacionalidade, cor e gênero, os amotinados de 1910 tentaram garantir um espaço no qual assegurassem dias mais felizes para suas vidas (NASCIMENTO,

2006, s.p).

O desfecho da revolta foi dramático. Primeiramente com promessas de anistias, após os revoltosos foram presos na masmorra da ilha das cobras, afastados dos quadros da marinha e sem direito a anistia e indenizações. João Cândido morreu na miséria. Entrevistado por Edmar Morel (1963), que o colocou definitivamente na história, Cândido teve o cotidiano marcado pelo rótulo de rebelde trabalhando em serviços braçais passando muitas necessidades.

Embora derrotados, o movimento de 1910 teve uma de suas reivindicações atendidas, já que o fim dos castigos foi obtido. Conforme Maestri (2000, p.107) “para a memória popular, os marinheiros negros foram vitoriosos. João Cândido, falecido em 06 de dezembro de 1969, seria sempre conhecido como o Almirante Negro” ou quem sabe um *akin* dos mares.

6.O encontro dos *Akins*: a homenagem na Assembleia Legislativa do RS

O encontro entre as personalidades, os *akins*, Carlos Santos e João Cândido ocorreu em 1959, por ocasião da homenagem prestada pelo então deputado estadual ao principal líder da rebelião ocorrida na Baía de Guanabara. Na época o levante estava próximo de comemorar seu cinquentenário.

Em 1946 após o Estado Novo com o retorno das eleições Carlos Santos concorreu a deputado estadual pelo PSD, ficando como suplente. Em 1959 foi eleito deputado estadual pelo PTB o que se repetiu em 1963, também como suplente, e em 1967, fora eleito pelo MDB. Em 31 de janeiro fora eleito para o cargo de presidente do legislativo sendo convocado a assumir o governo do Rio Grande do Sul por viagem do governador Walter Peracchi Barcellos (TORRES, 2004, p.52).

Retornando ao encontro histórico, em Porto Alegre no dia 24 de setembro de 1959, o político negro discursou em homenagem a João Cândido: o Almirante Negro. No decurso desse cortejo, Santos demonstrando seu vínculo pessoal e político com a questão negra, pronuncia em tom inflamado o que representou a revolta da chibata para a história política do país. Abaixo, trechos do discurso:

[...] quando José do Patrocínio, esse outro negro fabuloso que ilumina as páginas da história, quis testemunhar as vibrações mais sentidas da sua alma atormentada e rendeu à redentora as homenagens emotivas ao seu reconhecimento, dizia que sua alma subia de joelhos o Paço Imperial para beijar as mãos fidalgas de Isabel que cortava os grilhões infames do cativeiro. Eu reedito aqui, diante do libertador Rio Grandense...o gesto histórico do tigre da abolição, embora creto fisicamente, *sinto que minha alma se ajoelha, para, assim subir os degraus simbólicos do civismo, do amor*

à pátria, do culto à liberdade e da fraternidade humana, para beijar comovido as mãos encarquilhadas desse homem que, realmente, violentando a história, deu colaboração real à poesia republicana porque, em verdade, a revolta da chibata, nos fez esquecer que: escravos outrora tenha havido em tão nobre país.. e mercê de Deus, pela força do ideal humano de João Candido: hoje o rubro lampejo da aurora, acha irmãos, não tiranos hostis (Palmas prolongadas). (ANAIS ASSEMBLEIA DO RS 24/09/1959, p.423-425).

Carlos Santos apoiou a iniciativa de João Cândido a qual defendeu como sendo o resultado de uma luta que colaborou para avançar a história, colocando definitivamente no passado os reflexos de um tratamento hostil e desumano dispensado aos marujos brasileiros, que após a abolição da escravidão continuavam a receber um tratamento atroz. Identificamos que em virtude dos dados apontarem o percentual de 90% dos marujos como sendo negros, o discurso de Carlos Santos formulou a ideia de que “a revolta da chibata nos fez esquecer que escravos outrora tenha havido em tão nobre país...”, demonstrando em seus sentimentos sua admiração para com o episódio e o seu mentor, que “violentando a história” foi o agente de sua história. Sendo exemplo para uma sociedade que ainda via o negro com inferioridade. Pois, conforme discurso de Carlos Santos “a revolta fez esquecer...” mas jamais acabou com o estigma e o racismo existentes.

No discurso proferido no dia 21 de março de 1982, data do dia internacional contra a discriminação racial, Santos na condição de deputado federal citou um livro de Clóvis Moura em plena Câmara Federal. Suas palavras o aproximava novamente dos ideais dos movimentos negros que primavam pelo reconhecimento do negro como agente da história, conforme as palavras citadas por Guerreiro Ramos, quando exercia o cargo de diretor do Teatro Experimental do Negro, organização negra carioca fundada em 1944 na cidade do Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento para combater o racismo e alfabetizar os negros cariocas, em que o mesmo criticou duramente as pesquisas apresentadas nos 1º e 2º Congressos Afro-Brasileiros. Nas palavras de Ramos:

Ambos estes conclaves foram predominantemente acadêmicos ou descritivos. Exploraram o que se pode chamar de temas de africanologia, bem como o pitoresco da vida e das religiões de certa parcela de negros brasileiros. Apesar da participação de elementos de cor, esses dois foram congressos “brancos” pela atitude que assumiram em face da questão, como também pelos temas focalizados, temas de interesse remoto do ponto de vista prático. Mas isto é dito aqui sem nenhum intuito de empequenecer tais congressos afro-brasileiros. É de justiça reconhecer que eles desbravaram o caminho para os movimentos atuais (RAMOS, 1954, p.55).

Conforme palavras de Carlos Santos no discurso pronunciado em 1982, identificamos novamente a articulação discursiva do político negro, coerentemente alinhada, aos discursos dos ideólogos do movimento negro:

Em magnífico estudo sociológico que a imprensa publicou, Clóvis Moura diz que “marginalizado, quer como ser social quer como elemento participante de seu próprio destino”, um século quase após aquela manhã rutilante de maio de 88, o negro permanece como objeto de estudos científicos e pesquisas da Unesco. E a pergunta até quando nossos irmãos afro-brasileiros deixarão de ser “objeto” para “assumirem criticamente o seu papel de agente da história” (*apud* TORRES, 2004, p.135).

Considerações finais

Carlos Santos e João Cândido foram duas personalidades negras que mereceram destaques em nossa narrativa. Suas referências são mais do que reflexos de suas atitudes, já que ambos grifaram suas trajetórias, como guerreiros e valentes, na história, combatendo a discriminação racial nas estruturas do Estado. Seus exemplos, unidos, constituem símbolos de ação e reflexão inovadores nos estudos sobre a temática negra no Rio Grande do Sul, em época de Lei 10.639/03. Lei essa que instaurou nos currículos escolares a obrigatoriedade do ensino da África e dos negros no Brasil. Duas referências dessa natureza aparecendo na legitimidade da fonte histórica, por meio de uma homenagem prestada na assembleia legislativa, localizada em um discurso encontrado naquele espaço político foi interessantíssimo, representativo. Pois, evidenciou a importância das fontes nas pesquisas em torno do reconhecimento político deste grupo e de sua relevância na história. Além de demonstrar efetivamente o quanto essas pessoas lutaram para fortalecer sua identidade coletiva, politicamente, culturalmente e socialmente.

O cortejo realizado pelo político negro ao almirante negro na cidade de Porto Alegre evidenciou, também o quanto esse agente político lutou para reconhecer nossos representantes, atentando à efeméride desse evento muito antes do que, nós pesquisadores e estudiosos pensamos na atualidade. Neste ano, a revolta da chibata comemora o seu centenário. Muitas atividades, inclusive este singelo artigo, constituem ações alusivas ao acontecimento liderado por João Cândido.

Muitas homenagens de caráter acadêmico e popular ocorreram em 2010, no intuito de evidenciar o centenário deste acontecimento marcante de nossa trajetória republicana. Como o seminário: Revolta da Chibata – 100 anos: História e Historiografia, realizado pela UERJ no Rio de Janeiro e o Africanidades, História, Cultura e Arte II - edição, organizado pelo Núcleo de Pesquisas Históricas da UFRGS em conjunto com o Memorial do Rio Grande do Sul e o DEDS/UFRGS – Departamento de Desenvolvi-

mento Social, sendo este último realizado no Estado do Rio Grande do Sul. Ressaltamos as iniciativas populares, como a que tivemos a honra de participar na cidade de Canoas – RS, por ocasião do Fórum Social Mundial realizado também em 2010, em que o Departamento de História da ULBRA com apoio dos movimentos sociais organizou um encontro muito profícuo.

Carlos Santos faleceu em 1989 aos 84 anos. Além de um político reconhecido pelos seus pares, tornou-se relevante à afirmação positiva de sua identidade coletiva, evidenciando em seu currículo público, entre discursos e práticas, o interesse em demonstrar a importância da comunidade negra e de suas lideranças para a história do Brasil. Iniciando há cinquenta anos, portanto, com muita antecedência as homenagens relativas à revolta da chibata, propiciando sua constituição como marco simbólico da resistência afro-brasileira, já que João Cândido conforme as palavras de Santos: “violentou a história”, foi agente da história, conduzindo a revolta que transformou as estruturas conservadoras de nossa república, algo que ainda hoje merece toda nossa atenção já que é a história dos negros no Brasil trazendo compreensão além da escravidão.

Referências

Fontes Transcritas:

ANAIS ASSEMBLEIA DO RS 24/09/1959, p.423-425.

Cinquenta anos de vida pública. Discursos pronunciados pelo Deputado Carlos Santos. Coordenação de publicações: Brasília – DF: 1982.

Entrevista:

Neiva Santos, 2007.

Bibliografia:

BAKOS, Margaret Marchiori. **Júlio de Castilhos e a campanha abolicionista**. In: AXT, Gunter, SEELIG, Ricardo, GEDOZ, Terezinha, FILHO, Omar Luiz e MENEGHETTI, Sylvia (orgs.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p.217-228.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar. *O Grupo Palmares (1971-1978): Um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. 195 f. Dissertação de Mestrado, 2006, PUCRS.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: DIFEL, 1962.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2006.

CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. **Carlos Santos**, uma biografia. Porto Alegre: PUCRS, 1994.

DOMINGUES, Petrônio José ou DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90** UFRGS, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/18932/11021>>. Acesso 17 dez. 2010.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

LONER, Beatriz Ana. **Classe Operária: Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937**. Tese de Doutorado, UFRGS, 1999.

MAESTRI, Mário. **Cisnes Negros**. Uma história da revolta da chibata. São Paulo: Editora Moderna, 2000.

MOREIRA, Paulo Roberto S. VALANDRO; VARGAS; SANTOS. Percursos biográficos de um burocrata devoto: Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849/1919). **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Política e poder nos primeiros anos da República**. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2009. Vol 19.

MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata – Subsídios para a história da sublevação na esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910**. Guanabara: Letras e Artes, 1963.

MÜLLER, Liane Suzan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia – Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920**. 253 f. Dissertação de Mestrado, PUCRS. Porto Alegre, 1999.

NASCIMENTO, Álvaro P. do. Contra a chibata, canhões. Revista de História da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=957&pagina=5>>. Acesso em: 01 abr. 2007.

NOMES AFROS E SEUS SIGNIFICADOS. Quilombhoje Literatura: São Paulo, 2009.

ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto**. Ed. Pontes: São Paulo, 2001.

RAMOS, Guerreiro. O problema do Negro na Sociologia Brasileira. **Cadernos de Nosso Tempo**, 2 (2): 189-220, jan./jun. 1954. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/negritude.htm>>. Acesso em: 31 Ago.2007.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. Castilhismo uma filosofia da República – atualidade de doutrina de Julio de Castilhos, no centenário da sua morte. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p.31-46.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou A Alvorada** Intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957). 195 f. Dissertação, 2000, UFF.

SANTOS, José Antônio dos. **Eminência duplamente parda: o curriculum vitae de Dario de Bittencourt**. Escritas íntimas, Tempos e Lugares de Memória: a documentação pessoal como fonte para a história. Porto Alegre: Palier Artes Gráficas, 2007, p.59-70.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da história**. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Tese de História. PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2011.

TORRES, Luiz Henrique. **Parlamentares Gaúchos** – Carlos Santos, trajetória Biográfica. Porto Alegre: CORAG, 2004.

Artigo recebido em 08/03/2012 e aceito para publicação em 13/06/2012.